

ACESSO, PERMANÊNCIA E POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) NA VISÃO DOS GESTORES¹

Ricardo de Souza Janoario*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de implementação das políticas de ação afirmativa para negros(as) na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse contexto, levantamos algumas questões: Qual a relação entre as políticas de ação afirmativa e a proposta de acesso e permanência de alunos(as) negros(as) na UFRJ? Quais as reflexões e propostas de acesso e permanência, para negros(as), apontadas pelos gestores entrevistados? Para o estudo, optamos por um Estudo de Caso, de caráter qualitativo, que se desenvolve por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores que ocupam/ocupavam pontos estratégicos na universidade. Ficou evidente que qualquer menção às cotas para negros(as) sempre gerou polêmica. Ainda há discursos que impedem formas alternativas de se olhar para negritude, assim como a necessidade de estratégias formais de permanência de alunos(as) negros(as) na UFRJ.

Palavras-chave: Ação Afirmativa. Racismo. Acesso e Permanência. Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

“O que é que vocês esperavam quando tiraram a mordaça que fechava essas bocas negras? Que elas entoassem hinos de louvação? Que as cabeças que nossos pais curvaram até o chão pela força, quando se erguessem, revelassem adoração nos olhos?” (Jean Paul Sartre – Orfeu Negro)

Vivemos um momento de efervescência das discussões sobre ações afirmativas no Brasil. Por unanimidade, no dia 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade do sistema de cotas para negros(as) nas instituições de ensino superior públicas brasileiras (IES). Os ministros Joaquim Barbosa (atualmente, presidente do STF), Cezar Peluso, Rosa Weber, Luiz Fux, Carmem Lúcia, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello

* Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Substituto do Curso de Bilíngue de Pedagogia no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

e Celso de Mello acompanharam o voto do relator, Ricardo Lewandowski, que se pronunciou favoravelmente às cotas para negros(as) nas universidades, assim como, à época, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto. Tal fato nos coloca diante de um panorama político, jurídico, econômico, institucional e, sobretudo, acadêmico, o qual esse artigo se propõe a levantar.

Apesar do reconhecimento do racismo na sociedade brasileira, o discurso sobre o mito da democracia racial ainda persiste e se configura como um grande obstáculo para se desenvolver um projeto antirracista no Brasil. A implementação da reserva de vagas nas instituições de ensino superior brasileiras intensificou o debate sobre o racismo e a discriminação nas esferas públicas e privadas, nos meios de comunicação, e em outros espaços sociais. No entanto, o debate sobre o ingresso da população negra no ensino superior aponta para um dos maiores desafios que está para além do universo das políticas de ação afirmativa – a garantia do acesso e permanência de estudantes negros(as) nas IES.

Diante desse contexto, a diversificada literatura sobre cotas para negros(as) nas universidades (Cf. MUNANGA, 1988; GUIMARÃES, 1997; GUIMARÃES, 1999; GOMES, 2001; D'ADESKY, 2001; SILVÉRIO, 2002; SILVA e SILVÉRIO, 2003; SISS, 2003; MEDEIROS, 2004; GOMES, 2005; CARVALHO, 2006; EMERSON SANTOS, 2006; PETRUCCELLI, 2007; ZONINSEIN e JÚNIOR, 2008; JACCOUD, 2009; PAIVA et al, 2010; HERINGER e PINHO, 2011; VALENTIM, 2012), demonstra que cada instituição, desde as pioneiras UERJ e UENF, em 2003, aderiu ao sistema de cotas de forma diferenciada, e a maioria delas de forma autônoma. A própria dinâmica de implementação trouxe consigo questões para os campi das universidades públicas, temas desde o acesso e permanência desses(as) alunos(as) até questões como o racismo e o preconceito no cotidiano acadêmico.

Com intuito de entender as políticas de acesso e as propostas de permanência para alunos(as) negros(as) nas universidades, optamos por investigar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo em vista a ausência e/ou debate tímido sobre as políticas de ação afirmativa nesta instituição. Desta forma, algumas indagações foram tecidas com a finalidade de entender como essas experiências se definiriam no interior da universidade escolhida para estudo: Qual a relação entre as políticas de ação afirmativa e a proposta de acesso e permanência da população negra na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)? Como têm sido desenvolvidas as propostas institucionais que, possibilitam, ou não, a manutenção da permanência de estudantes negros(as) na instituição? Ao

implementar a política de cotas para negros(as), quais os efeitos desse processo no projeto político-pedagógico institucional?

Tais indagações são sintetizadas na questão principal da pesquisa: quais as reflexões, percepções e propostas de acesso e permanência, para alunos(as) negros(as), apontadas pelos gestores entrevistados, diante da implementação de cotas para negros(as) na UFRJ? A partir desta indagação, levantamos a hipótese de que dada a dificuldade que os brasileiros têm em lidar com a questão racial e especificamente a noção predominante nos discursos sobre políticas de ação afirmativa, de que as cotas sociais já atendem à população negra; queremos afirmar que o sucesso e a garantia da eficácia dessas políticas nas instituições de ensino superior, aqui, a UFRJ, não se sustentam sem o rompimento com o discurso produzido sobre democracia racial no Brasil.

Ao tentar responder as questões supracitadas, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o projeto institucional de ação afirmativa, especificamente a política de cotas para negros(as), buscando investigar quais as propostas institucionais desenvolvidas, ou não, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro para assegurar o acesso e a permanência dos estudantes negros(as) em seus espaços. Assim como refletir sobre o significado da presença de alunos e alunas negras no campo acadêmico; o grau de envolvimento da instituição nas políticas de acompanhamento e permanência dos alunos(as), sendo importante considerar aspectos tanto assistenciais quanto didático-pedagógicos apresentados aos estudantes cotistas com distintas trajetórias sociais, educacionais e formativas.

Cabe mencionar que, para o contexto das universidades públicas brasileiras, o discurso do mérito é senso comum numa tentativa de rotular os indivíduos, retirando-lhes o debate político sobre raça. Portanto, está feito o convite a refletir acerca da presença negra na universidade brasileira – um espaço que, até agora, constituiu-se em um lugar-comum de formação de profissionais de esmagadora maioria não-negra.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Com a finalidade de compreender a proposta institucional de permanência da população negra na Universidade Federal do Rio de Janeiro, optamos pela metodologia do Estudo de Caso, que segundo André (2003), consiste no estudo aprofundado de uma unidade, levando em conta os pontos de vista culturais dos sujeitos envolvidos, no contexto de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo.

A escolha de tal metodologia se justifica por reconhecer que o pesquisador participa da cena pesquisada, “tomando partido na trama da peça” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 7), a fim de compreender o espaço enquanto instância singular.

A primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento e análise de dados disponibilizados pelos Órgãos de Estrutura Superior da instituição, dentre eles a Pró-Reitoria de Graduação, o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Divisão de Ensino, Seção de Integração e Programas de Ensino, Divisão de Integração Acadêmica (DIA), Seção de Seleção e Orientação (PEG-G/PIBIAC), Divisão de Registro de Estudante (DRE), Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Assuntos Comunitários, Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst) e a Divisão de Assistência ao Estudante (DAE). Foram analisados os seguintes documentos institucionais para o Estudo de Caso em pauta: Atas, Resoluções, Moções, Editais, Legislação e Normas, levando-se em consideração que tais documentos podem revelar os debates e/ou registros sobre o processo de implementação de políticas de ação afirmativa na UFRJ, por exporem aspectos interessantes da vida acadêmico-institucional.

Ademais, investigamos os documentos disponibilizados pelos órgãos superiores da universidade, por considerarmos estes os setores responsáveis pela função normativa, deliberativa e de planejamento nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, em matéria didática e pedagógica, que traçam as diretrizes de orientação e normatização das atividades acadêmicas. Além de definirem a política dos cursos, fixando as normas de ensino de graduação e das formas de ingresso à universidade.

Para a segunda etapa do estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores da instituição, com objetivo de compreender o processo de implementação das políticas de ação afirmativa a partir da avaliação dos próprios profissionais que ocupam/ocupavam postos estratégicos na universidade. Para pesquisa de campo, elegemos a abordagem qualitativa como a mais adequada, por possibilitar a compreensão da realidade a partir do princípio de que não há investigação neutra. Segundo Alves-Mazzotti (1991),

esta abordagem [qualitativa] parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá para conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado (p.54).

Cientes de que o contato com os documentos, as falas e os relatos abrem possibilidades de uma análise interpretativa condicionada pela subjetividade do investigador e por seu contexto histórico-cultural. Entendemos, assim como Lüdke e André (1988), que

o que cada pessoa seleciona para “ver” depende muito de sua história pessoal e principalmente de sua bagagem cultural. Assim, o tipo de formação de cada pessoa, o grupo social a que pertence, suas aptidões e predileções fazem com que sua atenção se concentre em determinados aspectos da realidade, desviando-se de outros (p. 25).

Percebemos que “na pesquisa qualitativa, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.” (GOLDENBERG, 1998, p. 107). Para pesquisa, foram realizadas 7 (sete) entrevistas com profissionais da instituição. A análise das entrevistas foi feita pela técnica de *análise de conteúdo* – instrumento para descrever e interpretar toda classe de documentos e textos. Com objetivo de sistematizar os dados colhidos, definimos as informações em eixos, sendo eles: A) o processo de implementação; B) o impacto das políticas na instituição; C) a avaliação das políticas na universidade; e D) o desafio do acesso e da permanência, os quais serão detalhados mais adiante.

Julgamos a entrevista um instrumento pertinente de coletas de informações sobre as relações étnico-raciais e também das políticas de ação afirmativa, no contexto da manutenção da permanência de alunos(as) negros(as) na instituição. Os diálogos, aqui, são estabelecidos de forma espontânea, por vezes, “costurados” com as informações obtidas pelas entrevistas (individuais e coletivas), já que esse caminho possibilitou “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. Escolhemos a entrevista coletiva devido ao contexto da greve de professores(as), funcionários(as) e estudantes, na UFRJ, durante o período de pesquisa. As entrevistas foram gravadas em áudio e conduzidas mediante assinatura, pelos entrevistados(as), do documento de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa, em si, evidencia que a permanência da população negra no ensino superior representa um grande desafio institucional, no qual as propostas e iniciativas para permanência do(a) estudante negro(a) na instituição retomam

pontos centrais como: as estratégias feitas pela universidade, em diferentes conjunturas, por igualdade de oportunidade; o significado da entrada, cada vez maior, de um contingente populacional que esteve ausente dos bancos universitários; a transformação de um espaço de reprodução e institucionalização do racismo que preserva relações sociais hierarquizadas, discriminatórias, excludentes e constituídas de disposições socioculturais desumanizantes e naturalizadoras.

A análise da reprodução de discursos e das práticas produzidas pela academia sobre a interação de grupos racialmente demarcados ratifica a ideia de que ser branco e não-branco na universidade brasileira significa ter valores culturais, oportunidades e privilégios diferenciados. A intenção, aqui, consiste em apresentar práticas discursivas oriundas do espaço acadêmico como um dispositivo de saber/poder que legitima a supremacia da racialidade branca – tida como referencial e interlocutora dos saberes na universidade.

O DISCURSO DOS GESTORES

O processo de implementação

[...] Em termos de políticas de ação afirmativa (cotas), a universidade ainda está se estruturando para poder contemplar essas políticas. [...] (Gestor 1)

[...] Não foi levantada na universidade a discussão sobre cotas e/ou políticas étnico-raciais. Quando foram criadas as cotas, na universidade, estas eram direcionadas aos alunos de escola pública. Algumas discussões foram trazidas por alguns professores internos e externos, porém essa discussão não foi aprofundada, foi trazida e não teve desenvolvimento no Conselho Universitário e nem nos outros Colegiados. [...] As cotas raciais só foram aceitas na instituição por terem sido transformadas em uma lei, assim não há formas de questioná-las. [...] (Gestor 2)

[...] o primeiro modelo de políticas de ação afirmativa, pela modalidade de cotas foram destinadas aos alunos egressos de escola pública [...] (Gestor 3)

[...] No meu entendimento a implementação da Lei foi muito perversa. Sou contra as cotas raciais. [...] Não havia condições de implementação dessa Lei

na UFRJ, sobretudo dentro do prazo que nos foi dado para implementação. [...] (Gestor 4)

Sou totalmente contra as políticas com recorte racial. [...] O que essa Lei é “um tapa buraco” [...] O acesso é para o cidadão brasileiro [...] Vamos ter meninos heroicos que vão ingressar e vão concluir o curso, mas até se não tivesse esse sistema esses meninos iriam entrar, porque são heroicos. Temos exemplos aqui dentro. Eles acessam e eles conquistam. (Gestor 5)

As questões das cotas nem sempre foram discutidas aqui na UFRJ, mas as grandes questões aqui abordadas foram a base da educação e o acesso universal e democrático. Porém, sem a adoção das cotas raciais.[...] (Gestor 6)

Em relação à implementação de cotas, sou francamente favorável para os alunos egressos de escolas públicas, pois considero que o acesso é muito desigual [...] Ouço muito pelas pesquisas que tenho contato, que as cotas sociais já englobam as cotas étnico-raciais. (Gestor 7)

Mesmo que não tão bem recepcionadas pela comunidade acadêmica, as reivindicações por políticas de ação afirmativa já vinham sendo solicitadas, desde o ano de 2007, na UFRJ, por meio de iniciativas como o seminário: Ações Afirmativas e o Desafio da Democratização do Acesso e da Permanência na Universidade, ocorrido nos dias 20 e 21 de Agosto de 2007 e organizado pela instituição em conjunto com o Programa Conexões e Saberes. Além da proposta alternativa elaborada por professores, técnicos, estudantes de algumas unidades do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH-UFRJ), à época, reivindicava-se: a expansão da rede pública, atentando para as desigualdades regionais – e sociais – do país no sentido de diminuí-las, assegurando-se recursos para o pleno aproveitamento da capacidade física instalada para o ensino, pesquisa e extensão; a garantia de condições materiais para o desenvolvimento acadêmico do(a) estudante universitário(a), tais como alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo aos que necessitassem.

As reivindicações se intensificaram no ano de 2010, com o surgimento de deliberações, exposições de pesquisadores e militantes, manifestações de profissionais e alunos(as), assim como propostas de resolução em favor da implementação de cotas na UFRJ. Por exemplo, a Resolução do CONSUNI nº 16/2010, de 19 de agosto de 2010, estabeleceu os novos critérios para o ingresso

na UFRJ em 2011 e determinou que 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas em cada curso seriam preenchidas por candidatos selecionados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificado (SISU). Desse modo, o Conselho de Ensino de Graduação aprovou as normas que regem a aplicação dos processos de Acesso à UFRJ, no ano de 2011, através do Edital nº 66/2010 de 1º de setembro de 2010 e seus atos complementares e o Edital 117/2010 de 15 de dezembro de 2010.

Ao considerar a decisão do Exmo Juiz Adriano Saldanha Gomes de Oliveira, que através de liminar no processo AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 2010.51.01.022203-DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO determinou que a UFRJ aplicasse a ação afirmativa determinada pela Resolução CONSUNI 16/2010, aos estudantes egressos da rede pública de ensino de todo o território nacional, deu-se início ao processo de implementação de políticas de ação afirmativa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, porém sem o recorte racial.

Tendo em vista a constitucionalidade de cotas para negros(as) nas universidades federais brasileiras, em 2012, a UFRJ ratificou que o acesso aos cursos de graduação seria feito pelo Enem e pelo SiSU, excetuando as vagas para cursos que exigiam Teste de Habilidade Específica (THE). O percentual de vagas para ação afirmativa foi ampliado para 30% destinados a estudantes da rede pública estadual, cuja renda familiar *per capita* seria um salário-mínimo e meio.

Podemos ressaltar alguns aspectos relevantes no que diz respeito ao acesso aos cursos de graduação da UFRJ, onde o candidato somente poderá se candidatar às vagas de Ação Afirmativa respeitando algumas exigências: a) ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública. Não poderão concorrer candidatos que em algum momento tenham cursado o ensino médio em instituição particular; b) ter renda bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita; c) a ordem de classificação dos candidatos será pautada pelas notas obtidas pelo ENEM; d) é imprescindível, no ato da confirmação da matrícula, que o candidato apresente o certificado de conclusão do ensino médio público, assim como a apresentação dos documentos necessários para comprovação da renda familiar bruta mensal; e) as políticas de ação afirmativa da instituição estão intrinsecamente ligadas ao critério de renda, mesmo que o candidato se autodeclare preto, pardo ou indígena.

Foi unânime por parte dos(as) entrevistados(as), o relato de que a UFRJ necessita de uma melhora em seus sistemas de informação, de banco de dados, fato que dificulta a pesquisa de um perfil do aluno e do reconhecimento do seu próprio corpo discente. Além disso, a implementação do sistema de cotas ocorreu

sem ampla discussão, sem maiores explicações sobre o tema à comunidade universitária. Outro fator que chamou atenção foi a ênfase dos gestores sobre a questão social em detrimento da racial, alegando que as cotas sociais já abrangem as cotas para negros(as); ênfase também presente na proposta de ação afirmativa apresentada pela UFRJ.

O IMPACTO DAS POLÍTICAS NA INSTITUIÇÃO

A entrada de novos contingentes na universidade, permitirá que as pessoas presentes na instituição se sensibilizem para novas realidades. A universidade foi criada para um grupo bem específico, para o homem, branco, heterossexual, católico, pertencente à elite [...] A universidade precisa se estruturar para receber esses alunos. É necessário quebrar resistências, o que não significa uma fácil tarefa. Não significa uma ação de curto prazo; envolve mudanças de mentalidade. Grande parte das pessoas não está preparada para tal mudança. E a maior dificuldade ainda é atitudinal. [...] Não adianta forçar alguém a conversar com alguém que seja negro, pois a discriminação, pode não ser verbalizada, mas sim a demonstração de atitude pode ser discriminatória em outras formas. Práticas como um aluno que é silenciado quando levanta a mão para perguntar, é o aluno que não tem resposta, é o aluno que não é escolhido para desenvolver tarefas, um aluno que não é selecionado para uma bolsa, tais atitudes são formas de discriminação. Ainda há muito a se fazer nesta instituição. (Gestor 1)

Não possuímos nenhum dado sobre a questão racial na universidade. Estamos passando sobre um processo embrionário sobre as cotas raciais na instituição. Acredito que o maior impacto dessas cotas seja sobre os cursos de maior prestígio social. [...] É preciso que esse sistema seja avaliado, publicizado. O impacto não será somente na mudança de perfil do aluno em um determinado curso. Além disso, qual é a relação professor-aluno (negro) em um curso de Medicina, Engenharia, Direito? Cursos altamente competitivos, cursos integrais. [...] Acredito ainda que haverá um grande embate dentro dessas unidades em relação às cotas. Nas mudanças curriculares, nas diretrizes dos cursos. Sinto-me extremamente curiosa para ver o impacto que essas políticas terão na UFRJ. (Gestor 2)

O maior significado da inserção desse novo perfil de aluno é a mudança de um perfil histórico de uma universidade pública; instituição fundamental

para constituição de uma nação. A universidade pública sempre foi o lugar de reprodução das elites e com isso temos uma grande possibilidade de construir uma universidade que seja socialmente mais justa na sua formação (Gestor 3)

Vamos juntar dentro de um mesmo pacote, pretos, pardos e indígenas. No meu entender qualquer pessoa desse país poderá se declarar parda, então não haverá cotas para negros. Eu vejo como um problema essa política. [...] (Gestor 4)

Existe um processo preconceituoso dentro da UFRJ, as pessoas resistem em adotar essas políticas porque virão alunos com muita dificuldade, vamos ter que dar um suporte a eles e isso vai dar uma desacelerada no processo de ensino-aprendizagem. [...] (Gestor 5)

[...] A universidade tem que dar suporte para que o aluno supere suas dificuldades e retorne para sociedade como uma pessoa produtiva. A universidade contribui para mobilidade social do aluno. E quando conseguirmos equilibrar esse sistema, não precisaremos mais de cotas. (Gestor 6)

[...] Acho fabuloso que o espírito universitário atenda a diversidade da população, seja de cor, religião, seja de classe. Acho espetacular, mas acho que vamos demorar a aprender a lidar com essa diversidade. [...] (Gestor 7)

Uma das questões centrais, apontadas pelos entrevistados, ao se debater as políticas de cotas na universidade, diz respeito à dificuldade de definir quem é negro e quem é branco na sociedade brasileira, por causa da mestiçagem. Há um certo receio diante da possibilidade de fraude por parte dos(as) alunos(as) brancos(as) que, alegando sua afro-descendência pelo processo de mestiçagem, preencheriam o espaço dos(as) alunos(as) negros(as). Indubitavelmente, não estamos convencidos de que todos(as) os(as) alunos(as) brancos(as) pobres cometeriam esse tipo de fraude para ingressar na universidade pública, devido à presença constante do ideal do branqueamento que persiste no imaginário coletivo do brasileiro. Uma simples questão de autodeclaração aliados a critérios de ascendência política assumida aos critérios de classe social pode, de certa forma, garantir o progresso sobre as fraudes. E se as fraudes persistirem, seria necessário uma reavaliação do processo.

Durante as entrevistas e análises documentais, não foi possível perceber medidas de valorização das políticas de ação afirmativa na instituição tais como:

a criação de novas disciplinas sobre o Pensamento Negro Brasileiro, espaços de promoção da integração dos alunos(as) cotistas à vida acadêmica; a realização de eventos que debatessem sobre a temática racial com ampla divulgação, como sinalizadas pelos gestores.

Diante desse contexto, algumas questões podem ser levantadas para se pensar o ambiente acadêmico, tendo em vista, o ingresso de um novo contingente de alunos(as) no campus: até que ponto a adoção de ações afirmativas na UFRJ modificaria o padrão de sociabilidade e a compreensão das relações étnico-raciais? Tais ações alterariam o entendimento, as atitudes do tratamento diferenciado entre os diferentes grupos étnico-raciais na universidade? Como podemos retratar o significado e efeitos da presença negra nos espaços da UFRJ? Quais debates sobre cotas para negros(as) se encontram em curso, mesmo diante de um contexto de oposição? Quais espaços encontram divulgação, apoio, incentivo para circular? O que impede a UFRJ de adotar dois sistemas de vagas, um sistema universal e um sistema de cotas para negros(as), assim como a UnB, tem realizado para seus cursos de acesso?

Não se pretende responder todas essas questões, porém destacar o fator da valorização da diversidade, nos parece relevante na reflexão sobre uma universidade mais solidária, ética, pluralista e livre de preconceitos. Entendemos que o espaço acadêmico da UFRJ, ao invés de perder na qualidade, no prestígio, diante da presença dos(as) alunos(as) cotistas, não somente deles(as), e sim de toda comunidade, poderá desenvolver um potencial de mudança, trazer para dentro da instituição novos horizontes sociais, políticos, econômicos, culturais, que contribuam para as salas de aula, para os espaços de pesquisa, para o reconhecimento de teorias e conteúdos ainda não valorizados.

Um outro argumento apontado pelos gestores está no relato de que o ingresso de negros(as) nas universidades pelas cotas, pode ocasionar um *déficit* na qualidade, no nível do ensino e no prestígio da instituição, devido ao fato do aluno ou aluna negra não apresentar um nível satisfatório de capital cultural, ou mais exatamente, por não apresentar o mesmo grau de aquisições culturais dos(as) alunos(as) brancos(as). Tal argumento nos leva a ratificar que, dentre outras instituições, a universidade possui recursos humanos suficientes para suprir as lacunas do ensino médio.

Ao contrário do que imaginam os defensores do “mérito”, do “prestígio” e da dignidade de acesso”, os candidatos que concorrem a uma vaga na universidade

pública por cotas se submeterão às mesmas provas de vestibular que os outros candidatos, serão avaliados da mesma forma, com base na nota de aprovação. Portanto, o argumento de que o ingresso dos cotistas na instituição prejudica a qualidade não se fundamenta, ou seja, o risco da perda de qualidade não tem sido evidenciado desde a implementação de políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Sendo assim, a ausência de jovens negros(as) nos espaços acadêmicos é um fator que realmente fere o orgulho e a dignidade da população negra.

A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS NA UNIVERSIDADE

[...] Em relação à temática étnico-racial, a universidade ainda não possui um mapeamento de projetos, de ações por temática. E por se tratar de um tema ainda incipiente na instituição, ainda não foram mapeados projetos e/ou ações com a temática étnico-racial, mesmo ciente que exista alguns projetos. [...] Pensar sobre o tema das políticas de ação afirmativa, me permite pensar a minha prática profissional com outro olhar, com um olhar mais atento, com um olhar favorável a essas políticas, tendo em vista que as resistências apresentam atitudes que impossibilitam o avanço do aluno, onde tenho ouvido falar que tais políticas permitirão que esses alunos (cotistas) entrem, porém, na hora de passar o livro de R\$700 eles vão embora. E há cursos específicos em que os materiais são extremamente caros, e aqueles que não possuem a assistência adequada vão ter que sair da universidade. (Gestor 1)

Há uma grande dificuldade de encontrar linhas de pesquisas que tratem da temática do acesso e permanência na instituição e da extrema ausência de tais pesquisas que levem em consideração o recorte étnico-racial. Não há debate sobre a questão racial na universidade. [...] A universidade encontra-se num processo muito recente para que se possa avaliar o impacto das políticas de ação afirmativa na instituição.[...] Por exemplo, aqui (na UFRJ) não se tem um processo de avaliação dessas políticas, de divulgação de dados, de informação para comunidade acadêmica. Quem vai avaliar? Quem vai publicizar esses dados? Se não temos um perfil do aluno antes, como será feito esse perfil depois das cotas raciais? A universidade está interessada em colher esses dados? [...] Aqui na instituição são poucos os projetos que abordam essa questão, são poucas linhas de pesquisa que tratam das ações afirmativas. Não se tem na UFRJ, dados que

possam embasar pesquisas. As discussões mais específicas sobre questões raciais estão mais concentradas em ativistas do movimento negro. Há necessidade de formação e divulgação dos dados em relação ao tema.[...] Ainda acho que as cotas sociais contemplam a questão racial. (Gestor 2)

[...] Quero lembrar que a UFRJ resistiu até onde pôde para aderir qualquer processo de política de ação afirmativa. Durante muito tempo, tivemos sérias resistências a qualquer política desse caráter. (Gestor 3)

A ideia da UFRJ era essa, quando privilegamos as classes menos favorecidas, estamos indiretamente favorecendo e adotando uma cota racial, embora não esteja declarada.[...] (Gestor 4)

[...] Acho que é um crime contra essa população [negra]. Você pega uma pessoa, não tem nada a ver com a capacidade cerebral dela, mal formada, não se alimenta direito, não tem acesso aos processos culturais com facilidade, mal tratada e ela tem um sonho e então falamos, me dá o seu sonho e te ponho na universidade. Ela entra na UFRJ, e vai para um curso, por exemplo de Medicina, um curso integral e eu coloco um aluno sem recursos para comprar um livro de anatomia. A bolsa fornecida é insuficiente, ele precisa comer, ele vai ajudar com essa bolsa a família, pois ele vai deixar de trabalhar para estar na universidade. Isso é um crime! [...] A situação é injusta, malvada, perversa. [...] Na minha opinião, não há nada mais desqualificante do que tratar indivíduos com leis especiais. Se você especifica um indivíduo com lei especial ele já não é mais um cidadão, é uma pessoa de segunda classe, porque eu preciso protegê-lo.[...] Além do mais, eu duvido que o aluno que entrou por cotas, não tenha vergonha de ter ingressado por esse processo. Por que o aluno quer ter pelo menos ter o prazer de ter conquistado alguma coisa. As pessoas não vivem a vida inteira de favores. Elas acabam perdendo parte da sua integridade.[...] (Gestor 5)

[...] vejo que no momento [a política de cotas] é uma política necessária. [...] Temos que olhar quem chega até a universidade, quem é a maioria no ensino superior público brasileiro. Se olharmos o aspecto social do nosso país, eu sou plenamente a favor das cotas.[...] (Gestor 6)

[...] Temos que aprender a lidar com a diversidade, com aluno que chega e quem tem outras experiências. Discordo plenamente com o discurso de que a universidade vai perder a qualidade. (Gestor 7)

O tema frequente nas falas dos gestores, e na sociedade em geral, é a questão do mérito acadêmico. Podemos reduzir o acesso à universidade somente à questão do mérito? Como não falar das condições de vida, das trajetórias sociais e escolares desiguais existentes na sociedade brasileira? Ter acesso à universidade pública não se resume a uma questão de mérito, e sim de direito. Portanto, o que sustenta a perda de dignidade, de orgulho e prestígio em solicitar políticas compensatórias, com base na justiça social? Há de se considerar que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão negando o direito de cidadania à população negra?

O ingresso de alunos(as) negros(as) na universidade pelas cotas consiste em uma oportunidade ímpar na vida, o contato com conhecimento científico permite desenvolver alternativas de luta pela sobrevivência e o combate das múltiplas formas de racismo que impedem o acesso às instâncias de prestígio social. Além de permitir o desenvolvimento de estratégias de defesa em momentos de grandes concorrências que, até então, esses(as) alunos(as) sequer visualizavam a possibilidade de participar.

Adentrar a universidade representa para os alunos e alunas negras o rompimento de um círculo excludente que há séculos introjeta a ideia de não-pertencimento ao espaço acadêmico. Em razão da presença negra, a universidade precisa promover alterações nos conteúdos programáticos das disciplinas, nas grades curriculares, estabelecer um intercâmbio de experiências para aprofundar a reflexão sobre relações sociais e raciais, criar mecanismos de enfrentamento do racismo e construir referências simbólicas a seus grupos e suas comunidades culturais.

O desenvolvimento de políticas de ação afirmativa na UFRJ representa um apoio da luta antirracista no Brasil, abrindo a discussão, até agora silenciada, por um espaço racista e elitista como a universidade. Além de forçar uma tomada de posição por parte de toda a comunidade acadêmica para reverter o quadro de práticas racistas e discriminatórias presentes na sociedade brasileira.

OS DESAFIOS DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA

[...] Ciente da dificuldade de acesso, de transporte, de alimentação, ou seja, do optar por comer ou tomar um transporte, e/ou tirar a cópia do texto

para disciplina ou se alimentar para se manter na universidade. [...] A política de ação afirmativa não é um bem individual é um bem para todos, onde esse todo vai se beneficiar direta ou indiretamente. Diretamente, digo em relação ao aluno e indiretamente a sociedade como um todo, ao receber um profissional com uma excelente qualificação, uma boa estrutura. (Gestor1)

A UFRJ desconhece o perfil de seus próprios alunos: quantos, quais, onde estão os negros na UFRJ? Não se tem uma política de informações, dados sobre os alunos na instituição. Se existe, ninguém sabe. [...] Acredito que a questão da permanência do estudante em determinados cursos vai além da questão financeira, há um universo simbólico dessa permanência que não é conhecido por nós ainda. [...] Quando se fala de assistência estudantil, não significa somente dar o acesso, e sim a contribuição para assistência desse aluno, pois universidade possui mecanismos de exclusão desse aluno. Não se percebe isso de uma forma muito evidente e objetiva, mas os mecanismos de exclusão são gradativos, quando esta instituição não dá o apoio pedagógico, quando o aluno tem que trabalhar para se manter no curso e a universidade não apresenta cursos com horários flexíveis para que o aluno possa estudar e trabalhar. [...] Há mecanismos próprios de exclusão da universidade, o que mesmo na adoção das políticas de ação afirmativa sejam elas na modalidade de cotas raciais, sociais não impedem esses mecanismos de exclusão. (Gestor 2)

Um dos nossos grandes desafios é a questão do acompanhamento acadêmico, acompanhamento pedagógico, avaliação. Nesta instituição, é necessário se valer das instâncias múltiplas de organização institucional para obter informações de perfil, quantitativo de alunos. [...] Há um grande desafio de garantirmos as condições desses alunos, que chegam desprovidos de um certo capital cultural, exigido pelo saber universitário e que possam ter condições com ações de apoio acadêmico, apoio pedagógico, que eles possam garantir a continuidade do lugar de excelência que pleiteamos para a instituição. (Gestor 3)

Esta instituição possui uma grande falha no sistema de informação sobre dados de raça. Dentro dos sistemas dessa instituição, não há uma obrigatoriedade e/ou exigência sobre a autodeclaração do candidato, do aluno. (Gestor 4)

Há uma desonestidade que envolve esse processo de cotas raciais. [...] Eu quero as melhores cabeças, não me interessa se é rico ou pobre, preto ou branco, judeu ou cristão, se tem competência vai para faculdade, você vai para UFRJ, onde se produz ciência. [...] Para universidade, não temos uma política de retenção dos alunos, um excelente programa de bolsas para que o aluno possa viver na universidade, de preferência trabalhar na universidade, na biblioteca, nos laboratórios e estudar o dia inteiro. (Gestor 5)

Nos últimos 40 anos, a maior dificuldade de permanência do aluno na instituição é a oferta de cursos integrais. [...] A questão também são as ofertas de bolsas. [...] Não podemos considerar somente o fator da alimentação e transporte é também a manutenção do aluno na instituição. É preciso pensar experiências que o aluno possa ter dentro da universidade para que possamos garantir a manutenção da permanência do aluno. A nossa preocupação é manter o aluno na instituição. Dar oportunidade dele entrar e sair. (Gestor 6)

Questões como: alojamento, restaurante universitário, transporte, bolsa, que é insuficiente para as demandas de um aluno universitário. Como ficam as questões de moradia, alimentação, transporte, para o aluno que provém de uma família com baixo poder aquisitivo? [...] Um dos maiores desafios práticos de permanência do aluno é o de deslocamento para universidade. [...] As estruturas da universidade devem se estender para os turnos, manhã, tarde e noite. A segurança é algo que precisamos dar muita atenção, especialmente no turno da noite. Outro fator está no acesso ao material, são muitos livros, cópias. Tem que facilitar uma forma do aluno ter acesso ao material didático e principalmente que os professores não faltem, dêem aula, cumpram os horários, atendam os alunos, cumpram os prazos, para que possamos ter um melhor desempenho nas questões burocráticas. (Gestor 7)

Tendo em vista as questões do acesso e permanência, vale mencionar que a UFRJ integra o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e, através da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst), desenvolve programas voltados para o apoio à permanência dos(as) alunos(as) de graduação presencial e que apresentam dificuldades para a realização e conclusão de seus cursos e também para alunos(as) que ingressam pelas políticas de ação afirmativa. A Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) da SuperEst é o setor responsável pela coordenação

e implementação do Programa de Auxílio ao Estudante, nas modalidades Bolsa Auxílio e Moradia Estudantil. Outro programa sob responsabilidade da DAE é a Bolsa de Acesso e Permanência, destinada aos(as) alunos(as) ingressantes em 2012, pela Política de Reserva de vagas que sejam egressos de escolas públicas e tenham renda familiar *per capita* de até 1 salário mínimo.

Uma das preocupações mais apontadas para os(as) alunos(as) beneficiários de ações afirmativas é a questão da permanência no curso. A maior parte dos(as) alunos(as) não tem condições financeiras de se manter durante todo um curso de graduação sem ajuda de custo. Outros têm ainda de trabalhar para ajudar no orçamento doméstico. Em muitos casos, esses estudantes, na maioria negros(as), são os primeiros da família a ingressar na universidade.

No que diz respeito à melhoria do acesso e da permanência de estudantes na UFRJ, é necessário o aperfeiçoamento do alojamento, do restaurante universitário, da alimentação, referente ao desjejum, almoço e jantar, gratuitamente; auxílio transporte, auxílio-material didático, apoio emocional/psicológico, aperfeiçoamento das políticas de bolsas, dos acompanhamentos acadêmico, pedagógico e avaliativo; maior flexibilidade nos horários dos cursos, organizações dos turnos. Assim como construção de uma superintendência de políticas de ação afirmativa, focalizada para minorias e alunos(as) negros(as).

Além disso, é necessário incentivo de objetos de pesquisa que tratem da temática étnico-racial, bem como o desenvolvimento de seminários, palestras, conferências, construção de grupos de pesquisa. Embora valorosa, as estratégias de acesso não são suficientes, urge a elaboração de políticas que assegurem a permanência bem-sucedida destes jovens negros(as) no ensino superior.

ANÁLISE DO CAMPO

A Universidade Federal do Rio de Janeiro agregou desde sua origem, em 7 de setembro de 1920, o que podemos dizer que é, até hoje, sua característica maior: “uma universidade das elites para a formação de elites”. Ao entrar em contato com o campo para ouvir os gestores, mesmo diante do contexto de dúvidas, questionamentos, ausência de informações, no que tange à implantação das políticas de ação afirmava, de fato, tal processo gerou polêmica e resistência, nos permitindo ratificar que assim como na sociedade, o racismo também caminha por dentro das instituições de ensino.

Durante as entrevistas com os gestores, a questão das políticas de ação afirmativa com recorte social e/ou racial foi a discussão central. Dos 7 gestores, 3 (gestores: 1, 3, 6) são totalmente a favor das políticas com recorte racial, 2 (gestores: 4 e 5) são extremamente contra as cotas raciais, 1 (gestor 2) ainda não se decidiu, encontra-se em dúvida e 1 (gestor 7) é somente a favor das cotas sociais. Contudo, foi unânime a constatação da dificuldade em se debater o tema das políticas de ação afirmativa, na modalidade de cotas para negros(as) na instituição.

De uma maneira geral, podemos dizer que o fator que predominou entre as falas dos gestores foi a inclusão social dos(as) alunos(as). Em outras palavras, a polêmica mais evidente girou em torno da ação afirmativa para negros(as), não havendo tanta oposição quando se tratava de outros grupos beneficiados, como indígenas ou estudantes egressos de escola pública. Para uns, a implementação dessas políticas constitui um processo de extrema importância para universidade. Para outros, a implementação de cotas para negros(as) em uma instituição de alto prestígio, como a UFRJ, consiste em uma ação perversa e/ou indigna.

No tocante ao impacto das ações afirmativas na instituição, todos os gestores alertaram para a ausência da discussão de projetos, iniciativas, informações sobre o tema na UFRJ. Não foram identificadas políticas específicas direcionadas à garantia da permanência de alunos e alunas negras especificamente na instituição. A presença de um novo contingente de alunos(as) representa para universidade um desafio de se conviver com a diversidade, a mudança de caráter elitista que predomina na instituição, além do desenvolvimento de habilidades para se lidar com a diversidade. Contudo, alguns gestores insistem em afirmar o desaceleramento do processo de ensino-aprendizagem, além de um *déficit* na escolha pela instituição, por esta dotar o sistema de cotas.

Alguns pontos pertinentes foram apontados pelos entrevistados: as políticas de permanência, as políticas de avaliação, perfil dos(as) alunos(as), discussão sob o tema da questão racial, divulgação dos dados de pesquisas, dentre outros. Para os gestores, tais processos precisam ser mais desenvolvidos na universidade. Ao relatarem sobre as políticas de ação afirmativa e a recente implementação, os profissionais destacaram a importância de não se limitar somente no aspecto ao ingresso dos(as) alunos(as), mas também nas estratégias de permanência para minimizar a evasão. Há o reconhecimento da necessidade de que as políticas de ação afirmativa, uma vez que se constituem como lei, sejam melhoradas e pensadas em conjunto com uma política de permanência de eficaz aplicabilidade. Além disso, apontaram a necessidade de constante avaliação das políticas na instituição.

Pudemos observar que, durante a pesquisa, tanto no que se refere às entrevistas quanto à análise documental da instituição, são poucas as estratégias formais que possam garantir a permanência dos estudantes na universidade. Não se poder resumir o problema da manutenção de qualidade desses estudantes somente às questões de caráter econômico. Os apoios psicológicos, e/ou pedagógicos; alojamentos, transporte, alimentação, aquisição de textos e livros; bibliotecas equipadas, dentre outros; são ferramentas indispensáveis nesse processo. É de fundamental importância que se desenvolvam estratégias de políticas formais que assegurem a permanência de qualidade da população negra no ensino superior, sobretudo naqueles cursos considerados de maior prestígio, nos quais os(as) estudantes negros(as) já começam a aparecer, mudando a cor da Universidade, mas não se sabe por quanto tempo permanecerão.

Vale ressaltar que poucos foram os indícios de discussões sobre a questão racial, assim como projetos, iniciativas que tratassem do tema, sobretudo após a implantação do sistema de reserva de vagas, na UFRJ. Ademais, o fato da instituição não ter (antes do sistema de reserva de vagas) sequer a informação sobre a condição racial dos(as) alunos(as) que ingressavam nos seus cursos representa um agravante. De fato, a implementação das políticas de ação afirmativa na instituição é recente, o que limita uma avaliação mais aprofundada dos efeitos das políticas, porém, não inviabiliza o debate sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar o tema do acesso, permanência e as políticas de ação afirmativa para negros(as) no ensino superior, pude perceber que o racismo à brasileira age de forma eficaz no processo de internalização de percepções negativas sobre a negritude, perante o qual muitos de nós somos coagidos a sucumbir. O pensamento racista eterniza o sentimento de subjugação e subalternidade do outro. Dito de outra forma, classifica o outro como sub-humano, incapaz de reconhecer a própria realidade. Estas relações são cotidianamente reforçadas pelo racismo institucional, leia-se acadêmico, que nega a subjetividade, desumaniza e oprime através de um sistema disciplinar que relega o(a) negro(a) ao reino do invisível.

Em um ambiente universitário onde não se valoriza a negritude, onde o(a) negro(a) é conduzido à invisibilidade, abre-se um campo de isolamento e

vulnerabilidade. É, de fato, um espaço que atribui ao(à) negro(a) a impressão de insegurança, de suspeição, de dúvida, de não-acolhimento, de não-pertencimento, de estar fora de lugar. Portanto, estar diante de uma cultura institucional, majoritariamente branca, reforçada por meios de comunicação racistas, por uma literatura que não contempla a cultura afrodescendente, por um discurso que enaltece o princípio do mérito e renega o grave quadro de desigualdade racial, é o mesmo que estar inserido em um contexto deslegitimador da própria História, numa espécie de cultura do esquecimento, na qual a memória sozinha não tem nenhum significado.

O objetivo dessa pesquisa foi trazer as vozes dos gestores e possibilitar uma leitura dos discursos desses profissionais diante do processo de implementação das políticas de ação afirmativa para negros(as), com intuito de averiguar as estratégias formais de permanência em uma universidade que sempre foi considerada elitista. Falar sobre políticas de ação afirmativa para negros(as) na UFRJ consistiu em um ato de coragem, de falar francamente em um espaço que ainda precisa aperfeiçoar e/ou desenvolver os projetos de permanência, voltados para os(as) alunos(as) negros(as), que contemplem o plano econômico, acadêmico, instrumental, psicológico-social e político-cultural.

Durante as entrevistas e análises documentais, não foram averiguadas mudanças no Projeto Político Pedagógico da UFRJ em termos de estrutura curricular, criação de disciplinas; não foi identificada a existência de mudanças significativas de programas de disciplinas na graduação em função da mudança do perfil social e racial na instituição. Não obstante os gestores tenham afirmado a preocupação com a relação professor-aluno em sala, no que se refere às cotas para negros(as).

Os resultados e as evidências surgidas durante a pesquisa confirmaram a hipótese levantada inicialmente de que o sucesso e a garantia das políticas de ação afirmativa para negros(as) na universidade não se sustentam diante de um contexto que dá credibilidade à ideia de democracia racial. Como bem apontado pelo Gestor 1: “É necessário quebrar resistências [...] não significa uma ação de curto prazo, envolve mudança de mentalidade [...] a maior dificuldade é atitudinal [...] não adianta forçar alguém a conversar com alguém que seja negro, pois a discriminação pode não ser verbalizada, mas, sim, [...] em outras formas”. A garantia do sucesso dessas políticas deve partir da mudança de atitude diante da desigualdade que assola a população negra, sobretudo, a ausência de jovens negros(as) do interior das instituições de ensino superior públicas, aqui lê-se, a UFRJ.

Mesmo após a pesquisa, algumas questões insistem em permanecer quando debatemos sobre o assunto: onde estão os(as) alunos(as) negros(as) nas universidades públicas e consideradas de prestígio no Brasil? Em quais cursos de graduação? Em quais áreas? Em quais turnos? Quantos(as) conseguem chegar à pós-graduação? Quantos(as) desses(as) alunos(as) conseguem discutir a temática étnico-raciais em seus trabalhos? Qual a compreensão desses(as) alunos(as) sobre questão racial? Como esses(as) alunos(as) desenvolvem suas trajetórias acadêmicas? Como explicar o silêncio, a desinformação, o desinteresse da academia brasileira sobre a desigualdade racial, especialmente da iniquidade de acesso da população negra ao ensino superior? Quais são as suas principais dificuldades? Quanto tempo a população negra deve esperar pela igualdade de oportunidade de acesso, permanência e conclusão de um curso superior? Quais os projetos específicos direcionados à manutenção da permanência de alunas e alunos negros nas instituições de ensino superior?

É preciso trazer para o centro dos debates, seminários, pesquisas acadêmicas, as discussões sobre políticas de ações afirmativas com objetivo de se estabelecer na UFRJ uma tomada de posição contra quaisquer formas de racismo, e, sobretudo, um combate à desigualdade racial no ensino superior que assola a universidade brasileira. É de se espantar que, ao longo dos 10 anos de implementação das políticas de cotas em várias universidades, ainda encontramos reações acadêmicas desfavoráveis à produção de conhecimento científico e de reflexão crítica sobre o tema. É fundamental que principalmente, e não somente, os professores afro-descendentes das universidades, independentemente de sua área de atuação, assumam o papel de sujeitos da temática étnico-racial. A constituição de referências identitárias socialmente positivas permite que os(as) alunos(as) superem um sentimento de inferioridade, de não pertencimento dos espaços acadêmicos. Porém, onde estão os/as professores(as) negros(as) na UFRJ? Quantos(as) são? Em que áreas atuam?

A academia brasileira, assim como a UFRJ, carece de dados sistemáticos sobre a composição racial de discentes, docentes e pesquisadores. Algo que precisa tornar-se ponto essencial na discussão sobre políticas de ação afirmativa para negros(as) na universidade. O que explica a ausência de instrumentos de avaliação internos às próprias instituições em relação à temática étnico-racial? A carência de dados cadastrais com recorte de cor relativo ao corpo docente, discente e sobretudo, os matriculados pelo sistema universal e técnico da instituição? A falta de grupos de pesquisa com a temática étnico-racial? A ausência de incentivo e/

ou interesse de construção de Núcleos de Estudos Raciais? A invisibilidade de professores, alunos(as) negros(as) na UFRJ? A disponibilidade de um acervo bibliográfico significativo sobre a temática racial nas bibliotecas da instituição? Todas essas questões exigem que a universidade pública brasileira desenvolva programas e medidas capazes de gerar efetiva inclusão étnico-racial.

Vale ressaltar que o discurso branco hegemônico flui em uma via única, sem intenção de diálogo, que deslegitima a produção dos pesquisadores e intelectuais negros(as). Tais práticas estão nitidamente nas bibliografias utilizadas nos cursos, nas pesquisas, nas ementas, nas quais ocasionalmente há um predomínio de autores(as) negros(as), quicá os que atingiram prestígio nacional e internacional. De modo semelhante, a ausência da temática étnico-racial nos programas de pós-graduação, que raramente contemplam a temática em suas disciplinas e currículos. Sem contar com as reprovações, rejeições de temas propostos por estudantes negros(as), desvantagens na distribuição das bolsas e outras inúmeras formas de dificuldade. Por exemplo, a complexidade que envolve encontrar um orientador conhecedor do tema.

De fato, a universidade resiste em admitir seu desinteresse em relação às temáticas étnico-raciais. Diante dos métodos de discriminação tão bem institucionalizados, se passa a regular, impor e definir as aspirações e “os lugares apropriados” para os(as) negros(as). É evidente que a carência de pesquisadores(as) negros(as) tem tido reflexo nas decisões dos círculos de poder. As pesquisadoras e pesquisadores negros, em geral, têm sido reduzidos à condição de fonte, e não de interlocutores reais no diálogo acadêmico, caindo na mera condição de objeto.

Ciente de que a formação dos(as) pesquisadores(as) negros(as) passa por obstáculos ideológicos, políticos, preconceituosos nas instituições, percebo a necessidade de desenvolvimento intensificado de estratégias formais de permanência de alunos(as) negros(as) na UFRJ, por meio de seminários internacionais e nacionais sobre o tema étnico-racial; realização de oficinas; ciclos de debates; conferências; investimento sólido na formação de alunos e alunas negras; construção de um espaço acadêmico de debate e reflexão sobre a questão racial; censo étnico-racial na instituição; criação de NEABs (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros); investimento em publicações sobre a questão racial, aumento do acervo sobre a temática nas bibliotecas; incentivos à pesquisa sobre a realidade étnico-racial dentro e fora da instituição; propostas de políticas de ação afirmativa nos cursos de pós-graduação; assim como a construção de uma Pró-Reitoria sobre Ação Afirmativa.

Este artigo, portanto, não teve a intenção de fornecer respostas definitivas à questão das políticas de acesso e permanência da UFRJ, haja vista que o processo de implementação dessas políticas encontra-se no seu estágio inicial. Isso não quer dizer que a UFRJ não poderia ter investido em alternativas de elucidação desse processo para sua comunidade com mais frequência. Muito menos lhe retira a responsabilidade de ter assumido previamente um debate mais intenso sobre as políticas de ação afirmativa para negros(as), tendo em vista que essa discussão já tem sido realizada por outras instituições também consideradas de prestígio.

Nada me pareceu mais urgente que o resgate da busca permanente e integral do bem-estar do(a) aluno(a) negro(a) na UFRJ, para que se desenvolva mais estratégias formais de manutenção da permanência nos espaços da universidade e que, de fato, ocorra uma mudança significativa no Projeto Político Institucional e nos próximos Planos de Desenvolvimento da instituição. Enfim, alertar para urgência de debate do tema das políticas de ação afirmativa para negros(as) no ensino superior, especialmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, à luz do que tenho aprendido sobre mim mesmo, sobre a autodestruição que me foi inculcida pelo racismo, pelas circunstâncias de minha vida enquanto aluno negro.

ACCESS, RETENTION AND AFFIRMATIVE ACTION POLICY FOR BLACKS AT FEDERAL UNIVERSITY OF RIO DE JANEIRO IN THE MANAGERS POINT OF VIEW

ABSTRACT

The present article aims to analyze the process of affirmative action implementation for blacks, as well as the retention institutional proposal of black people at the Federal University of Rio de Janeiro. In this context, some questions were raised: What is the relation between affirmative action and the access and retention proposals of black people in UFRJ? What are the reflections and proposals for access and retention for black students, identified by the managers interviewed? To this study, we chose to develop a qualitative case study, which is developed through semi structured interviews with managers who occupy/occupied strategic positions in the university. It was evident that any reference to racial quotas caused controversy. There are still discourses which interrupt the emergence of alternative ways of looking at blackness as well as the necessity of retention formal strategies for black students at UFRJ.

Keywords: Affirmative Action. Racism. Access and Retention. Higher Education.

NOTAS

- ¹ Dedico este artigo em memória da minha querida amiga Franciane Cristina de Menezes, pela força, determinação, inteligência, singularidade, carinho, enfim, pela mulher-negra-exemplo que estará sempre presente. Obrigado Fran!

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E.D.A. Estudo de caso: seu potencial na educação. *Caderno de Pesquisas da FCC*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 51-54, 1983.

CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Série Antropologia*, n. 395, Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GUIMARÃES, A. S. A. A desigualdade que anula a desigualdade: Notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (Org.) *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

_____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

HERINGER, R.; PINHO, O. *Afro Rio Século XXI: modernidade e relações raciais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

JACCOUD, Luciana et al. *Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de uma política de igualdade Racial. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. (Org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009.

LUDKE M., ANDRÉ, M. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo, EPU, [1986] 1988.

MEDEIROS, C. A. *Na Lei e na Raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.

PAIVA, A et al. (Org.). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Ed. Puc Rio, Pallas, 2010.

PETRUCELLI, J. *A Cor Denominada*. Estudos sobre a Classificação Étnico-Racial. Rio de Janeiro-RJ: DP&A Editora, 2007.

SANTOS, R E. dos. *Política de cotas raciais nas universidades brasileiras – o caso da UERJ*. In: Gomes, N. L. (Org.). *Tempos de luta: As ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 21-46.

SARTRE, Jean-Paul. “Orfeu Negro” In: *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1963.

SILVA, P; SILVÉRIO, V. (Org.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, n. 117, nov. 2002.

SISS, A. *Afro-brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro, Quartet, 2003.

UFRJ. *Edital nº 223 de 25 de outubro de 2012*. Disponível em: <<http://www.vestibular.ufrj.br>> Acesso: jan. 2013.

_____. *Plano Diretor 2020*. Disponível em: <http://www.ufrjbr/docs/plano_diretor_2020/PD_2011_02_07pdf>. Acesso em: fev. 2013

_____. *Resolução Nº 01/2011*. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br>>. Acesso em: jan. 2013

_____. *Resolução Nº 09/2007*. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br>>. Acesso em: jan. 2013

_____. *Resolução Nº 14/2012*. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br>>. Acesso em: jan. 2013

_____. *Resolução Nº 16/2010*. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br>>. Acesso em: jan. 2013

UFRJ. *Resolução N° 17/2010*. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br>>
Acesso em: jan. 2013

_____. *Resolução N° 18/2012*. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br>>
Acesso em: jan. 2013

_____. *Resolução N° 8/2012*. Disponível em: <http://www.consuni.ufrj.br>>
Acesso em: jan. 2013

_____. *Resolução N° 10/2010*. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br>>
Acesso em: jan. 2013

VALENTIM, D. *Ex-alunos negros cotistas da Uerj: os desacreditados e o sucesso acadêmico*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2012.

ZONINSEIN, J.; JUNIOR, F. *Ação Afirmativa no Ensino Superior brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.